

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: O PAPEL DE CADA MEMBRO DA EQUIPE PEI

GABRIELLE LENZ DA SILVA¹; SÍGLIA PIMENTEL HÖHER CAMARGO²

¹*Universidade Federal de Pelotas – gabelenz@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – sigliahoher@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva vem sendo debatida e implementada no Brasil desde as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), que tinham como objetivos explicar às instituições de ensino quais eram as funções legais e práticas da educação especial dentro da educação básica, bem como assegurar a inclusão na rede básica de ensino. Em 2008, foi sancionada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL 2008), principal marco legislativo nacional que garante a matrícula de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino e em classes comuns. Mais recentemente, em 2015, foi assinada a Lei Brasileira de Inclusão, conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que reafirma o que até então vinha sendo garantido pelas leis anteriores. Segundo Redig, Mascaro e Dutra (2017) mesmo as leis e políticas garantindo o acesso de alunos com deficiência às escolas regulares, somente estar presente na sala de aula não garante a inclusão escolar. Para a educação ser de fato inclusiva, é necessário proporcionar a permanência do aluno na escola, tendo um olhar atento às suas especificidades e tornando possível seu desenvolvimento acadêmico (GLAT, PLETSCH E FONTE, 2007).

O artigo 28 da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) apresenta algumas ações que o poder público e os sistemas de ensino devem desenvolver para garantir a inclusão dos alunos com deficiência. O inciso II do referido artigo aborda que os sistemas de ensino devem se aprimorar e se modificar para garantir o “acesso, permanência, participação e aprendizagem” dos alunos com deficiência. O inciso V discorre sobre “adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino”. Uma medida individualizada de ensino é o Planejamento Educacional Individualizado (PEI). O PEI é uma metodologia de trabalho (COSTA; SCHMIDIT, 2019) planejada colaborativamente que é escrita com base nos níveis atuais de desempenho do aluno, definindo objetivos individualizados anuais, metas de curto prazo, estratégias e metodologias que irão ao encontro dos objetivos e metas, bem como o progresso do aluno será avaliado (MELLO E HOSTINS, 2018). O objetivo do PEI é facilitar o ensino (na perspectiva do professor) e promover o aprendizado para a criança com deficiência (RUBLE; DALRYMPLE; MCGREW, 2010). O PEI é amplamente utilizado em países como Estados Unidos, Itália, França e Portugal (TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018), mas no Brasil ainda não há uma legislação e/ou orientação do Ministério da Educação específica sobre ele, há somente legislações municipais específicas de poucas cidades como São Gabriel no Rio Grande do Sul, Duque de Caxias no Rio de Janeiro e em São Paulo, por exemplo.

Devido a relevância atual do PEI, como instrumento para uma educação de fato inclusiva, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o papel de cada membro da equipe colaborativa na elaboração do Planejamento Educacional Individualizado.

2. PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO

Como abordado anteriormente, o PEI é um planejamento colaborativo que deve ser pensado, elaborado, acordado e implementado por todos os responsáveis pela inclusão e desenvolvimento do aluno com deficiência.

2.1 A equipe PEI

Fazem parte da equipe PEI a professora titular, a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), um representante da gestão escolar, os pais ou responsáveis pelo aluno, os demais profissionais que atendem a criança (seja nas dependências da escola ou não) e o próprio aluno quando este for maior de 14 anos ou tiver condições de participar e tomar decisões. Cada membro da equipe é peça fundamental na elaboração do PEI, pois irão contribuir de formas diferenciadas neste planejamento, ao mesmo tempo que todos tem a mesma responsabilidade na tomada de decisões (RUBLE; DALRYMPLE; MCGREW, 2010).

2.1.1 O Papel da professora titular

A professora é vital na elaboração e implementação do PEI, bem como para o sucesso acadêmico dos alunos. Na elaboração, ela levará resultados das avaliações diagnósticas, testes e observações do aluno com deficiência, que foram realizados na sala de aula. A partir disto, fornecerá ideias e recomendações com base no currículo geral da turma em que o aluno se encontra, bem como sugerir adaptações curriculares, se necessário. Oferecerá conselhos sobre quais os tipos de serviços que o estudante pode exigir para seu pleno desenvolvimento acadêmico e funcional. Durante a implementação do PEI, a professora titular irá planejar seu plano de aula de acordo com o que foi definido do PEI (KENTUCKY, 2019).

2.1.2 O papel da professora do AEE

A professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) também realiza uma avaliação diagnóstica dos conhecimentos e habilidades que o aluno já possui. Juntamente com a professora titular e os demais membros da equipe PEI, define objetivos para o aluno. Também apresentará estratégias, recursos, modificações e acomodações necessárias para o desenvolvimento escolar do aluno. A professora do AEE é responsável por sintetizar as informações recolhidas e discutidas pelos profissionais em um único documento, que posteriormente será entregue para toda a equipe. A professora do AEE utilizará o PEI para guiar o seu Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), trabalhando com os mesmos objetivos, recursos, adaptações e avaliações definidas para o aluno (HARTMANN, 2016).

2.1.3 O papel do representante da gestão escolar

O representante da gestão escolar presente na reunião de elaboração do PEI tem a função de assegurar que os objetivos que estão sendo definidos estão de acordo com o currículo da série/ano em que o aluno se encontra. Também fornece informações sobre os recursos disponíveis na escola e a possibilidade de adquirir outros recursos. Juntamente com os outros profissionais, auxilia na elaboração de acomodações e modificações, quando necessárias. Outra função essencial do representante da gestão escolar é manter a reunião com clima colaborativo, garantindo que todos os membros da equipe PEI sejam ouvidos e concordem com o que foi definido (RUBLE; DALRYMPLE; MCGREW, 2010).

2.1.4 O papel dos pais ou responsáveis

Os pais e ou responsáveis são outra peça chave na elaboração do PEI. São eles que melhor conhecem a criança com deficiência que frequenta a escola. Sabem suas preferências, seus interesses, suas características, entendem seus comportamentos (na maior parte das vezes) e podem relatar as possíveis causas destes. Os pais, durante a elaboração do PEI, devem expressar seus desejos em relação a inclusão do aluno, tanto no sentido acadêmico, quanto funcional e decidem junto com toda a equipe sobre os objetivos, metas, avaliações, modificações, acomodações e etc. Eles também irão implementar algumas estratégias propostas no PEI para alcançar os objetivos que foram definidos. Devem concordar com o que foi discutido e definido (YELL; BATEMAN; SHRINER, 2020).

2.1.5 O papel dos demais profissionais

Os demais profissionais que atendem o aluno, seja na própria escola ou em instituições externas a escola, também devem participar da elaboração do PEI. Eles trazem informações sobre suas áreas de atuação, bem como pareceres do que está sendo feito e do progresso do aluno, além de estratégias e intervenções que podem ser implementadas na escola/sala de aula. Caso seja inviável a participação na reunião, devem enviar um parecer detalhado a respeito das intervenções que são feitas com a criança, o porquê são feitas e como a escola pode estimular as áreas que são trabalhadas no consultório/instituição (KENTUCKY, 2019)

3. CONCLUSÕES

O PEI é um planejamento colaborativo que é pensado, elaborado e implementado para a plena inclusão de alunos com deficiência. Por ter um caráter colaborativo, todos os membros da equipe, ou seja, todos os profissionais que trabalham com o aluno, devem participar ativamente de sua elaboração, desde avaliações diagnósticas, até a avaliação do progresso do aluno. Embora todos devam participar ativamente e tomar decisões a respeito dos objetivos, metas e formas de avaliação do progresso do aluno, cada membro tem funções distintas durante a reunião e elaboração do PEI. É importante conhecer o papel de cada membro da equipe PEI, para que assim cada um saiba o que deve fazer, ao mesmo tempo que se pode cobrar dos demais profissionais a execução de suas funções.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão, v. 4, n. 1, p. 7-17, 2008.

COSTA, D.S; SCHMIDIT, C. Plano Educacional Individualizado para estudantes com autismo: revisão conceitual. **Cadernos de Educação**, n. 61, jan/jun, p. 102-128, 2019.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D.; FONTES, R. S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Educação**, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 343-356, 2007.

HARTMANN, E. Understanding the Everyday Practice of Individualized Education Program Team Members. **Journal of Educational and Psychological Consultation**, 26:1–24, 2016.

KENTUCKY, Office of Special Education Programs. Guidance Document for Individual Education Program (IEP) Development. 2019.

MELLO, Alessandra F. G.; HOSTINS, Regina C. L. Construção mediada e colaborativa de instrumentos de avaliação da aprendizagem na escola inclusiva. **Revista Educação Especial** | v. 31 | n. 63 | p. 1025-1038 | out./dez. 2018, Santa Maria

REDIG, A. G.; MASCARO, C. A. A. C.; DUTRA, F. B. S. A formação continuada do professor para a inclusão e o plano educacional individualizado: uma estratégia formativa? **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.4, n. 1, p. 33-44, 2017 - Edição Especial

RUBLE, L. A., DALRYMPLE, N. J., MCGREW J. H. The Effects of Consultation on Individualized Education Program Outcomes for Young Children With Autism: The Collaborative Model for Promoting Competence and Success. **Journal of Early Intervention**. Volume 32, Number 4, September, 2010.

YELL, M. L.; BATEMAN, D.; SHRINER, J. Developing and Implementing Educationally Meaningful and Legally Sound IEPs - Bringing It All Together. **Teaching Exceptional Children**, Vol. 52, No. 5, pp. 344–347, 2020.